

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2015
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchinie Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Darci de Matos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo falar nesta manhã, no espaço que me cabe, sobre a questão da educação no Brasil, sobretudo no que tange a acontecimentos recentes decorrentes de atitudes e decisões do governo federal.

Deputado Patrício Destro, v.exa., que ainda é bem jovem e tem tido muito contato com as universidades, sabe que é um absurdo o que está acontecendo. O governo da presidente Dilma

Rousseff, lamentavelmente, está totalmente perdido em todos os aspectos. É lamentável. Vamos tratar neste momento da educação.

A presidente Dilma, deputado Padre Pedro Baldissera, definiu que este ano será o da educação no Brasil. Há até o *slogan* "Pátria educadora", ou algo nesse sentido. Ora, vejamos os acontecimentos recentes.

Primeiramente, a presidente da República cortou 30% do orçamento das universidades federais. Os jornais estamparam, no dia de ontem, notícias dando conta de que as universidades federais não estão voltando às aulas no Rio de Janeiro e em São Paulo porque não têm condições de pagar os serviços terceirizados de manutenção das instituições. Absurdo! As nossas universidades, que são um patrimônio da nação, que são polos de irradiação de ciência, tecnologia e pesquisa, que tem dado grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social do nosso país, estão sem recursos até para pagar os serviços de manutenção e limpeza!

Deputado Silvio Dreveck, se não bastasse o corte de 30% do orçamento das universidades, estamos presenciando também o calote do pagamento do Pronatec, que é um programa bom, um programa que incentiva e promove a formação profissional no país, ou seja, um programa que faz com que o Brasil tome os rumos que tomaram a Alemanha e a Coreia do Sul, por exemplo, há 50 anos, 60 anos.

Estive visitando uma universidade, deputado Patrício Destro, em minha cidade e lá recebi a informação de que o governo federal está devendo R\$ 200 milhões referentes ao Pronatec. Está dando o calote do Pronatec! Absurdo, vergonhoso! Se acabaram com o nosso dinheiro, deixem de pagar outros débitos, mas jamais sacrificar o que é essencial, que é a educação.

Deputado Padre Pedro Baldissera, o *Bom Dia Brasil* noticiou e todos os jornais de circulação nacional mostraram os jovens, no dia de ontem, em prantos porque terão que trancar suas matrículas nas universidades, uma vez que o governo federal instalou um *software* através do qual eles não

conseguem acessar a página do Fies. Isso é um absurdo, é uma vergonha, repito! O Fies é o grande programa nacional que coloca o pobre, o carente, o desprotegido na universidade; é o programa que dá condições de obterem sucesso na vida profissional.

Mas pior do que o calote, deputado Leonel Pavan, pior do que o governo não conseguir dar condições de acesso à página do Fies, é o fato de o ministro da Educação, Cid Gomes, que entrou de forma desastrosa no ministério, estabelecer uma linha de corte de 480 pontos no Enem, a fim de que o estudante possa ter acesso ao Fies. A média no Brasil é 500 pontos. E quem é que puxa a média para baixo? Não é o rico, não é classe média, não é a elite do Brasil, é o pobre, é o carente, é o filho do trabalhador, da empregada doméstica, pois todos vêm da escola pública, que muitas vezes não tem a qualidade necessária.

Ora, srs. deputados, se você estabelece uma linha de corte de 480 pontos, você está jogando para fora do Fies e, por conseguinte, da universidade o filho do pobre. Essa é a verdade. Essa é a realidade. Essa linha de corte de 480 pontos está tirando dinheiro do bolso do filho do trabalhador, está canalizando os recursos do Fies para a elite nacional.

Contra fatos não há argumentos, contra números não há argumentos. Os fatos estão aí. Quem quiser questionar que questione!

Deputado João Amin, o Poder Legislativo tem que estar ao lado dos desprotegidos, ao lado da juventude que com essa linha de corte de 480 pontos vai ficar de fora do Fies e fora da universidade.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço v.exa.com prazer.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Darci de Matos, meus cumprimentos pelo tema que v.exa. aborda neste plenário, porque a educação é o que há de mais importante para a juventude de um país.

Mas quero lembrar outro aspecto. Além do calote, além da nota de corte do Enem, o

ministério da Educação, certamente a mando da presidente da República, do Tesouro Nacional, determinou uma nota mínima para que as universidades tenham direito aos recursos do Fies. Por exemplo, a Univali, que é uma das maiores universidades do Sistema Acafe, não pode acessar os recursos do Fies por causa da sua avaliação pelo ministério da Educação. Logo, aquele aluno que está matriculado na Univali, não tem direito de reivindicar acesso ao Fies.

Pergunto: quem paga a conta? Não é a universidade. Quem paga a conta é o aluno carente. Então, o ministério da Educação tem que rever urgentemente esse critério.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Serafim Venzon!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço com muita satisfação o deputado Natalino Lázare.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Também quero cumprimentá-lo pelo tema que traz à tribuna no dia de hoje. V.Exa. está absolutamente certo e solidarizo-me com o nobre parlamentar.

Nós precisamos fazer uma profunda reforma no país no que se refere ao ensino universitário. Na minha concepção, o ensino universitário tem que ser bancado pela União ou, pelo menos, o governo federal deve aproveitar as estruturas do tipo do Sistema Acafe, de Santa Catarina, para comprar vagas e destiná-las aos estudantes carentes.

Todos esses programas, deputado, de incentivo, de bolsas de estudo etc., no meu entendimento são como tratar um câncer com Melhoral, deputado Dr. Vicente Caropreso.

Mas parabéns por levantar neste Parlamento esse assunto tão importante, deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Natalino Lázare.

Eu encerro minhas palavras, sr. presidente, fazendo uma sugestão, deputados Gabriel Ribeiro, Natalino Lázare e Serafim Venzon: que a comissão de Educação desta Casa convoque uma audiência

pública, porque o Parlamento é a caixa de ressonância da sociedade e tem que dar vazão às grandes questões que acontecem em nosso estado. Há um problema grave com relação ao Fies, deputado João Amin, pois os jovens não conseguem acessar a página do programa e a linha de corte de 480 pontos estabelecida pelo ministério da Educação é mais preocupante ainda.

Então, deputado Serafim Venzon, vamos propor a realização, com urgência, de uma audiência pública para ouvirmos os professores, as universidades e os estudantes com relação a esse tema tão importante para Santa Catarina e para o Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Quero saudar v.exa., deputado Padre Pedro Baldissera, e dizer da minha alegria em poder usar a tribuna justamente num momento em que os parlamentares do Brasil estão-se manifestando com relação àquilo que poderá acontecer no próximo dia 15. Porque as pessoas que têm ido às ruas nas manifestações são independentes, são pessoas de diferentes partidos políticos, que estão expressando sua opinião com relação à atual situação do Brasil.

Eu, infelizmente, não estive aqui na terça e na quarta-feira próximas passadas porque fui acompanhar alguns prefeitos a Brasília, inclusive a prefeita Luzia Coppi Mathias, onde participei de algumas reuniões partidárias e de outras suprapartidárias, nas quais estavam orientando os manifestantes no sentido de realizarem marchas reivindicatórias, marchas contra a atual gestão do país, mas marchas pacíficas, sem agressividade. Porque já vimos que existem alguns grupos que querem confrontar ou afrontar outros grupos, o que é ruim, pois a vida democrática pressupõe respeito às diferentes correntes de pensamento.

Eu quero ler uma nota oficial do meu partido, o PSDB, sobre as manifestações populares

convocadas para o dia 15 de março. E creio que o faço em nome dos meus colegas deputados Dr. Vicente Caropreso, Serafim Venzon e Marcos Vieira.

(Passa a ler.)

"O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se solidariza com as manifestações de indignação dos brasileiros diante da flagrante degradação moral e do desastre econômico-social promovido pelo governo Dilma Rousseff.

O PSDB defende a livre manifestação de opinião e o direito à expressão dos cidadãos e, portanto, apoia os atos pacíficos e democráticos convocados para o próximo dia 15 de março em todo o país. Mais do que uma garantia constitucional, a liberdade de pensamento e de crítica é fundamento essencial para o fortalecimento da vida democrática e o enraizamento social dos valores republicanos.

O PSDB repudia a atitude daqueles que, em nome de seus interesses partidários, cerceiam e deturpam o direito à livre manifestação e tentam convencer a população de que a crítica aos governantes se confunde com atentados contra a ordem institucional e o estado de direito.

Na verdade, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, os protestos que ocorrem nas redes sociais e nas ruas não defendem um terceiro turno, mas a rigorosa apuração de responsabilidades sobre a corrupção endêmica incrustada no corpo do estado nacional e cobram o abandono dos compromissos assumidos publicamente com a população. São manifestações legítimas de um país que vive em plena democracia e se posiciona perante múltiplas e graves crises.

Acreditamos que a participação popular melhora as instituições e eleva os padrões de governança pública. Por isso, o PSDB, através de seus militantes, simpatizantes e várias de suas lideranças, participará ao lado de brasileiros de todas as regiões do país desse movimento suprapartidário que surge do mais legítimo sentimento de indignação da sociedade brasileira.

O PSDB reitera seu compromisso com todos os que desejam um país mais forte, íntegro, justo, solidário e democrático.

(aa) Senador Aécio Neves (presidente nacional do PSDB)

Senador Cássio Cunha Lima (líder do PSDB no Senado)

Deputado Federal Carlos Sampaio (líder do PSDB na Câmara dos Deputados)" [sic]

Sras. e srs. parlamentares, existe uma preocupação muito grande, nobre, querido amigo e presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, de todos os partidos, de quem apoia o governo e de quem faz Oposição. A preocupação é o rumo em que o Brasil está indo, é para aonde estamos indo, porque essas manifestações, deputado Mario Marcondes, não têm um líder, não têm partido, elas surgiram nas redes sociais através da convocação de jovens, homens, mulheres, empresários, microempresários, profissionais liberais, aposentados. Tudo de forma muito espontânea e em função do desgoverno de Dilma Rousseff. Esses milhares e milhares de pessoas que estão nas ruas estão-se sentindo no direito de ser ouvidos, no direito de dizer ao governo que as coisas do jeito que estão não podem continuar, que são necessárias mudanças urgentes! As assessorias dos governantes do país não devem estar vendo a realidade, a frustração do povo brasileiro que está indo às ruas para ser notado e dizer que não está contente com a atual situação do nosso país.

Eu tenho certeza de que essa manifestação será pacífica. Também nós vamos participar pacificamente, vou levar minha família, meus netos, vou fazer com que sejamos mais um, para tentar fazer com que o governo federal escute o nosso grito e cumpra o que prometeu na campanha! Parece que mentir não é crime, porque se fosse crime certamente haveria uma Comissão Parlamentar de Inquérito para cobrar o que foi prometido e que está sendo descumprido completamente.

Então, independentemente de cor partidária, temos que nos unir, reclamar e pedir que olhem para o nosso país, caso contrário estaremos trilhando um caminho sem volta. A atual situação já vem de 12 anos. Logo, se há dificuldades, foram eles mesmos que as criaram.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda em Breves Comunicações, o próximo orador inscrito é o deputado Natalino Lázare, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, colegas deputados, quero dizer que estou em desvantagem neste momento, porque vou falar após a manifestação de um ex-governador, e falar depois de um ex-governador, deputado Mario Marcondes, deveria ser proibido por lei, porque quem já ocupou um cargo dessa envergadura, realmente tem toda autoridade para se posicionar a respeito de qualquer assunto.

De qualquer forma, desejo tratar de um assunto que considero relevante, deputado Cesar Valduga, para o oeste catarinense e que se refere ao setor da agricultura.

Temos hoje, em Santa Catarina, e falo com muita tranquilidade, um desempenho espetacular na área da agricultura, que é o alicerce da nossa economia. E a estrutura que o governo do estado tem, na minha concepção, para atender esse importante segmento da nossa economia é excelente. Temos na secretaria da Agricultura o eminente deputado Moacir Sopelsa, um homem simples, mas com profundo conhecimento da área. Temos na Epagri o companheiro LuizAdemir Hessmann, um técnico da mais alta qualidade e que conhece profundamente o setor agrícola catarinense. Na Cidasc contamos comEnori Barbieri, homem do oeste, deputados Cesar Valduga e Neodi Saretta, que v.exas. conhecem, comprometido com a economia agrícola do estado. A Cidasc, inclusive, fez um trabalho maravilhoso que tornou o nosso estado livre de febre aftosa sem vacinação, o que nos permitiu exportar para outros países.

E aproveito a oportunidade para fazer uma homenagem a um grande batalhador da Cidasc que trabalhou em Videira. Refiro-me a Rui Mendes, um técnico que hoje está aposentado e que prestou

relevantes serviços no âmbito da sanidade animal da nossa região e do estado de Santa Catarina. Minha homenagem a Rui Mendes, um companheiro, um lutador, um exemplo de servidor público.

Temos também, srs. deputados, outras entidades na área da agricultura que também são muito importantes. Por exemplo, a Faesc, que é liderada pelo eminente ex-deputado Zezo Pedroso; a Fetaesc, que está sob o comando de José Walter Dresch; e a Fecoagro, liderada pelo videirense Luiz Suzin Marini, sem esquecer, é claro, dos sindicatos.

Não podemos esquecer-nos, caros deputados, do sistema cooperativista, que é tão importante para o desenvolvimento agrícola catarinense, e das agroindústrias, que têm grande estrutura técnica que presta perfeita assistência ao agricultor integrado. Portanto, esses agricultores estão bem assistidos.

Mas temos outra realidade, que quero trazer à discussão, deputado Jean Kuhlmann, que é importantíssima. Os agricultores que não estão vinculados ao sistema cooperativista e muito menos às agroindústrias estão sem assistência técnica. Por quê? Porque não existe mais o serviço de extensão rural para os pequenos produtores.

Ontem, infelizmente, não houve quórum para a realização da reunião da comissão de Agricultura, mas vou insistir neste assunto e vou levá-lo ao secretário da Agricultura. Já marcamos para quarta-feira, à 17h, uma reunião da comissão de Agricultura com o deputado Moacir Sopelsa, secretário da Agricultura, para tratar deste assunto.

Precisamos fazer com que a Epagri volte ao sistema de extensão rural. Quem não se lembra da antiga Acaresc? Aquele órgão foi o precursor de todos os programas de agricultura existentes hoje. Participei, há alguns dias, de uma solenidade da cooperativa de Videira, onde o presidente da Fecoagro do nosso estado, Luiz Suzin Marini, disse em alto e bom tom que a agricultura pode ir bem desde que o governo não atrapalhe.

Eu fico triste com essa constatação, porque o estado deveria ser o primeiro a exercer seu papel

estratégico no desenvolvimento agrícola. Porque o que está ocorrendo tem um nome, no meu entendimento, srs. deputados: é a falência do serviço público brasileiro. É lamentável que a iniciativa privada constate que o serviço público não está correspondendo aos seus anseios. É a falência, repito, do serviço público brasileiro.

Por isso, faço um apelo a esta Casa e à secretaria da Agricultura. Acho que o governador Raimundo Colombo teve um momento de lucidez importante quando nomeou esse trio para comandar o setor agrícola do nosso estado, pois são pessoas gabaritadas. Mas esta Casa precisa dialogar com o governo para tratar dessas questões pontuais que são tão importantes. O pequeno produtor catarinense hoje está desassistido, desestimulado, não tem ninguém que vá conversar com ele para sugerir-lhe o que produzir, quais as alternativas que possui e assim por diante. Está faltando planejamento para a agricultura catarinense.

Então, faço um apelo a esta Casa, no sentido de realmente estudar este assunto com carinho, porque o agricultor é a mola mestra do desenvolvimento econômico, especialmente do oeste catarinense.

Para finalizar, gostaria de contar uma pequena história que tive o privilégio de vivenciar numa universidade do estado do Rio Grande do Sul. Eu estava participando de um debate sobre profissões. A questão era a seguinte: qual o profissional mais importante do planeta? E aí levantou o representante da classe médica e disse que o profissional mais importante é o médico, porque salva vidas. Depois se levantou alguém e disse que o professor era o profissional mais importante, porque é a base, a essência de tudo. E, timidamente, levantou-se o representante dos agricultores e disse: "Não, senhor, eu discordo, pois para mim o profissional mais importante do planeta é o agricultor".

Quando ele falou isso, fez-se silêncio no auditório; alguns até cochicharam, mas o jovem se encheu de coragem e falou de maneira incisiva, forte e firme que queria provar para todos que o

profissional mais importante do planeta é o agricultor, porque é ele quem produz o alimento e se não existir alimento, não existe vida!

Então, srs. deputados, é esse profissional que este Parlamento e o Poder Executivo têm que incentivar para manter a vida e o desenvolvimento sustentável para a felicidade do povo brasileiro.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Nobre deputado, hoje foram levantados da tribuna dois assuntos de extrema importância: um trazido pelo deputado Darci de Matos, sobre educação, e outro sobre agricultura, abordado agora por v.exa.

Efetivamente, se o estado não começar a repensar o nosso pequeno agricultor, daqui a pouco não teremos mais quem plante no sítio para que possamos comer na cidade. É importante abordarmos esse assunto e levantarmos mecanismos que façam com que o pequeno agricultor e seus familiares fiquem efetivamente no meio rural plantando, porque hoje está muito difícil manter os filhos no campo, só as pessoas mais idosas estão ficando no interior, os jovens estão vindo para a cidade arrumar emprego.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Ainda bem, deputado, que v.exa. pensa assim e que Deus nos ilumine para que possamos construir realmente um projeto que consiga melhorar a vida do nosso homem do campo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Nobre deputado, além de importante para o partido de v.exa. e para sua vida, seu pronunciamento é importante para Santa Catarina e esta Casa dará todo o apoio possível.

O ex-governador Luiz Henrique da Silveira falava muito sobre o perigo da litoralização de Santa Catarina e da necessidade de fazer investimentos para beneficiar o homem do campo.

Acho que temos que trabalhar justamente nesse sentido, para diversificar a atividade de cada um,

a fim de que as pessoas possam continuar atuando naquilo para o qual foram preparadas até culturalmente.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente, parece que hoje a maioria dos discursos serão a respeito da situação do país.

O Brasil apresenta sintomas ruins de doença que são descritos não muitas vezes por grandes políticos ou grandes discursos, aliás, a política, que me perdoem meus amigos, é a grande responsável pela situação em que estamos. E se formos ver e analisar tudo que o Brasil está passando, veremos que a política é a responsável pela falta de credibilidade, com graves implicações na área econômica do país. Essa é a grande verdade, sr. presidente e srs. parlamentares!

Tenho aqui alguns dados para ilustrar essa afirmação. A inflação já bate a casa dos 8%; a taxa de juros sobe a mais de 12.75%; a retração da indústria está gravíssima. Há pouco assisti pela televisão que em São Paulo, estado que pertence àquele eixo de grande desenvolvimento da indústria automobilística, houve uma retração de 35% na produção e que muitas demissões já estão previstas. Aliás, o país já perdeu 81 mil empregos no primeiro mês deste ano. Santa Catarina, pela sua diversificação de atuação ainda está escapando, mas há setores que já estão sendo altamente penalizados pela situação.

A receita do governo federal está caindo; a balança comercial vem batendo recordes negativos e as exportações vêm caindo; a crise da Petrobras vai arrastando ladeira abaixo toda a cadeia produtiva que a ela está "linkada"; e aumentam os impostos em todos os níveis para manter a máquina pública.

Há crescimento? Que PIB espera-se este ano? Há poucos meses podíamos ver pessoas satisfeitas com a caixa de benefícios sociais que era e que ainda

está sendo dada pelo governo federal. Agora, essas mesmas pessoas estão atônitas vendo que na metade do mês o dinheiro já acabou.

Deputado Leonel Pavan, meu presidente, porta-voz do n nosso partido, pequenas atitudes acabam marcando uma semana. Fui abordado esses dias por uma pessoa que me reconheceu. Ela é de Jaraguá do Sul e estava lá em Joinville. Eu fui fazer uma compra no supermercado e ela, ao ver-me, agarrou meu braço e disse: "Doutor, ajuda porque o dinheiro já não dá mais para fazer o rancho".

Então, esse é o sintoma de que a crise está muito além dos limites do Planalto, muito além dos limites da Justiça. A crise é real e nós temos que realmente rever alguns passos da política. Esta é a hora, inclusive, meus colegas parlamentares, de atos de estadista, é hora de aproveitarmos essa dificuldade que estamos passando e enfrentarmos de vez algumas mazelas, independentemente de cara feia, de cortarmos os benefícios, por exemplo, na Previdência.

Alguns países da Europa já se anteciparam, deputado Silvio Dreveck, como a Bélgica e a Alemanha, elevando a idade da aposentadoria, prevendo a dificuldade, porque hoje todo mundo vive muito mais do que antigamente. Alguns anos atrás se esperava que a maioria das pessoas morresse com 69 anos, 70 anos. Hoje estamos batendo a casa dos 80 anos. E a lei continua a mesma, os déficits continuam aumentando e nada de fazermos algo substancial para mudar. Com isso, a máquina pública vai estourando os seus limites, cada um vai tentando espernear para um lado e para outro e os investimentos não ocorrem mais.

Segundo o Conselho Federal de Medicina, que realizou uma auditoria criteriosa, o governo federal entregou apenas uma em cada quatro obras prometidas para a saúde. O dado é muito preocupante, porque das novas Unidades Básicas de Saúde previstas, no valor de R\$ 3,8 bilhões, apenas 12% foram entregues, sendo que das Upas (Unidades de Pronto Atendimento de Saúde) apenas 8% foram concluídas.

Esses são sintomas de que as coisas não estão boas. O povo percebeu, foi para as ruas e assumiu posições que nós, políticos, é que deveríamos ter assumido. E vêm aí mais manifestações no dia 15 em todo o Brasil.

De outro lado, assistimos a uma movimentação do governo tentando contrapor-se a isso. O fato é que no ano passado quem venceu as eleições foi a sra. Dilma Rousseff, por uma pequena margem, é verdade, mas venceu, e num regime democrático, quem vence comanda. Porém, durante o período eleitoral a verdadeira situação do Brasil não foi passada para a população. Houve muitos golpes de *marketing*, que resultaram na vitória do PT.

Portanto, temos de um lado quem venceu democraticamente e, por outro lado, uma multidão que hoje em dia se irmana e realiza, com toda razão, com toda pureza, movimentos de protesto muito verdadeiros, porque vêm debaixo para cima.

O meu partido, o PSDB, não prevê o *impeachment*, ninguém vai para a rua para dizer que tem que tirar quem quer que seja. Mas todo mundo está com goela pronta para estourar justamente para exigir que mudanças sejam feitas, que cortes sejam feitos e que se restaure a decência dentro da atividade política.

Essa era a mensagem que eu queria passar para vocês, além de dizer para os meus amigos, para os meus eleitores, para as pessoas que me conhecem que no dia 15 estarei na praça. E eu penso que elas poderão conversar comigo, pois assim vamos aprofundando esse grande debate da nação que se avizinha para o dia 15 de março.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Obrigado, deputado. V.Exa. abordou há pouco dois temas: a crise brasileira e os manifestos. Quanto ao primeiro tema, gostaria de contribuir com o colega dizendo o seguinte: esperamos que desta vez, a exemplo de tantas outras, a carga não venha novamente para a população pagar. Porque no Brasil

é típico: cada vez que ocorre uma crise, cada vez que há um rombo para tapar, tributa-se mais. Os empresários e a população não aguentam mais pagar imposto. A carga tributária que recai sobre os empresários e, conseqüentemente, sobre cada cidadão já é muito pesada. Esse fardo está muito pesado para cada um de nós. O que é preciso, neste país, é um pacto de vergonha, um pacto de coragem, para que consigamos fazer com que a administração pública ande como efetivamente deva andar.

Quanto às manifestações, o que se espera é que nenhum político tente apropriar-se delas, pois, como disse o deputado Leonel Pavan, elas não têm dono, não há um coronel à frente, elas não pertencem a nenhum partido político, elas nasceram do povo, da população e ninguém tem o direito de usá-las como palanque eleitoral, seja adversário, seja oposição, seja situação, para que efetivamente seu objetivo seja alcançado: chamar a atenção da sociedade e, principalmente, da classe política e dos governantes de que as coisas não estão andando bem.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Para concluir, sr. presidente e srs. parlamentares, estamos já bem perto do dia 15 de março. O que vai ocorrer é uma incógnita, mas o que tudo indica é que será um grande movimento popular de indignação nacional, que, espero, sirva para estimular os brios de muita gente que tem a caneta na mão, para que realmente comece a mudar, porque se nós que somos pagos pela população não resolvermos, alguém vai resolver.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros sete minutos estão destinados ao Bloco Frente Renovação - PPS, PSB e PR.

(Pausa)

Na ausência de deputados desse bloco que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos pertencem ao Bloco Social Progressista - PP e PSDB

- e segundo acordo entre os dois partidos, ocupará a tribuna o sr. deputado Valmir Comin, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. deputado Leonel Pavan, que está presidindo esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, faço uso da tribuna, na manhã desta quinta-feira, para registrar a participação da bancada federal catarinense e da Frente Parlamentar Catarinense, Paranaense e Gaúcha em Defesa do Carvão Mineral na audiência com o ministro das Minas e Energia, ocasião em que lhe foi entregue a agenda propositiva para o setor.

(Passa a ler.)

“Os parlamentares da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral entregaram ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, a pauta propositiva de interesse do carvão mineral no que se refere à geração de energia e à produção de fertilizantes a partir dessa fonte.

A agenda foi marcada pelo presidente da frente, deputado federal Afonso Hamm, do Rio Grande do Sul. O encontro reuniu parlamentares e o presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Luiz Fernando Zancan, o presidente da Companhia Riograndense de Mineração (CRM), Edivilson Meurer Brum, representantes da indústria do carvão mineral, o prefeito de Candiota, Luiz Carlos Folador, o ex-secretário de Articulação Nacional, Acélio Casagrande, além de outras lideranças.

A necessária utilização de fontes térmicas para garantir a segurança energética, que é um dos pilares do atual modelo do desenvolvimento econômico do nosso país, foi a principal reivindicação apresentada pelas lideranças.

Na pauta de reivindicação estão a regularização do fluxo financeiro do reembolso do custo de combustíveis dos geradores via Conta do Desenvolvimento Energético - CDE; o estabelecimento de um programa de modernização do atual parque termelétrico a carvão; a efetivação

da política industrial para o setor e a realização de leilões de energia nova no A-5.

Outro tema abordado foi o Programa de Recuperação do Passivo Ambiental da Região Carbonífera de Santa Catarina. Fernando Zancan destacou que o carvão mineral está entre as fontes energéticas mais competitivas e disponíveis a preços estáveis para uma geração de escala, colaborando para a sustentação do crescimento do país a custo competitivo.

O presidente, ao explanar sobre a situação do setor, aproveitou para convidar o ministro para participar da inauguração Centro de Tecnologia do Carvão Limpo em Santa Catarina, situada na Faculdade SATC, no sul do estado.

Leilão de energia.

Uma das grandes conquistas do setor em 2014, apontadas pelo deputado federal Afonso Hamm, foi com o leilão de energia A-5, que resultou na venda de energia pelo UTE Pampa Sul, da Tractebel Energia, única usina termoelétrica de carvão mineral vencedora do certame e que será instalada em Candiota. Trata-se de importante avanço para a região da campanha e para o estado, tendo em vista que representa ganho econômico-social e um investimento de aproximadamente R\$ 2 bilhões, que deverá gerar em torno de dois mil empregos diretos e cinco mil empregos indiretos. A capacidade instalada em sua primeira fase será de 340 megawatts/hora.

Na oportunidade, o ministro foi enfático sobre a importância do setor que precisa ser priorizado pelo governo federal e pelo Congresso Nacional. Também apontou a necessidade urgente da aprovação do marco regulatório da mineração e de avanços na política industrial. Ainda assinalou que o carvão mineral não irá competir no leilão com outras fontes de energia."

Sr. presidente, pela primeira vez, nos meus 17 anos como parlamentar neste Parlamento, consegui visualizar numa audiência com um ministro das Minas e Energia algo a que possa dar encaminhamento. Um país emergente como o nosso, de dimensões continentais, de recursos naturais

imensuráveis, não pode jamais, sob hipótese alguma, dispensar qualquer tipo de geração de energia, quer ela seja renovável ou não. Este é o papel que o governo federal tem que empreender: dar segurança jurídica aos investidores, à indústria brasileira. As fontes renováveis são simpáticas, e nós aplaudimos. Aliás, votamos várias proposições aqui flexibilizando essa situação, impulsionando, incentivando o mercado cativo tanto da energia eólica, quando solar e hídrica. Mas são energias vulneráveis, que dependem muito das intempéries, que dependem muito de São Pedro, ao passo que a matriz energética térmica representa 42% de geração a partir do carvão em todo o mundo! Países ambientalmente corretos como a Alemanha estão com 44% da sua matriz térmica e ampliando ainda mais em usinas térmicas, enquanto no Brasil são apenas 1,6%.

Quando foram assinados os Protocolos de Kyoto e de Copenhague, o governo federal firmou um termo de compromisso da redução do CO². Pois bem, numa alínea dos tratados, o ministro do Meio Ambiente à época assumiu o compromisso, evidentemente avalizado pelo então presidente Lula, de alijar o carvão do processo.

Energia térmica, como é o caso do carvão, não se promove de um momento para o outro. Há necessidade de tempo, de EIA Rima (Estudo de Impacto Ambiental), de medidas compensatórias. Além disso, ela precisa estar inserida no sistema nacional e precisa trabalhar na capacidade mínima, pelo menos, a fim de que num momento de vulnerabilidade, de escassez de água, por exemplo, ela esteja com sua turbina acesa, bastando apenas aumentar a produção.

Tecnologia nós temos de sobra, sem contar os subprodutos que estão agregados à cadeia produtiva do carvão, como o gás. Em Pittsburgh, foi implantada a tecnologia alemã de Fischer & Tropsch. Foram os americanos, após a II Guerra Mundial que levaram os laboratórios para lá.

Agora desencadeamos uma parceria com a SATC, onde será inaugurado o laboratório de pesquisa do carvão, deputado Leonel Pavan, para produzir um

gás denso, que pode gerar tanto o gás de cozinha como o gás industrial. Desse gás denso pode-se partir para a indústria plástica, de fertilizantes e de combustíveis.

Temos um jazimento de mais de 32 bilhões de toneladas auferido no subsolo catarinense e gaúcho, mas não temos uma política específica para esse setor! No entanto, temos empresas parando turnos por falta de energia ou de gás, e outras, por demanda de mercado e contrato assumido, têm que pagar ágio para empregar mais gente e gerar mais produção.

Deveria ser ao contrário, deputado Silvio Dreveck, o governo deveria antecipar mecanismos de fomento e de incentivo àqueles que produzissem mais para otimizar e reduzir os seus custos em escala. No entanto, o processo é inverso.

Estamos na iminência de apagões, srs. deputados. Qual é a energia mais cara do planeta? É aquela que não está disponível, que não existe. Não liberaram um *megawatt* por R\$ 150,00 do leilão A-5, mas estão pagando R\$ 800,00 no mercado spot, no mix da cesta de combustível do país, onerando o bolso do consumidor, do pai e da mãe de família!

E a presidente Dilma tenta justificar - e levou um panelaço por causa disso - dizendo que é passageiro, que temos que ser compreensivos, que as donas de casa têm que ser tolerantes. Vai haver, sim, em seguida, mais aumento do gás, mais aumento da energia e de tantos outros produtos, porque gás e energia incidem diretamente nos custos de produção.

Temos tudo na mão, mas não temos iniciativa, não temos gestão, não temos um horizonte de planejamento que crie uma perspectiva jurídica com capacidade de assegurar ao investidor a condição de poder prospectar e implementar seus negócios.

Realmente é uma situação complicada. Fala-se, deputado Leonel Pavan, em *impeachment*. Eu não sei se simplesmente trocar Joana por Maria ou Pedro por Paulo resolveria. O sistema está comprometido, é estrutural e precisamos de reformas profundas neste país, independentemente de quem vier a exercer a condição de mandatário!

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR.PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero, em nome da Presidência, cumprimentar o brilhante pronunciamento de v.exa., deputado Valmir Comin. A sua preocupação é a mesma do povo brasileiro. Meus parabéns efaço minhas as suas palavras.

Ainda dentro do espaço destinado aos Partidos Políticos, os próximos15 minutos pertencem ao PMDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao espaço reservado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Quero, em primeiro lugar, saudar o vereador Clademir Garcia, do município de São Bernardino, além de todos aqueles presentes em nossa Casa Legislativa.

Acompanhamos os pronunciamentos da manhã de hoje e vários colegas abordaram a crise brasileira e as manifestações previstas para o próximo dia 15. Não posso deixar de me pronunciar sobre essas questões e faço-o com cuidado. Por quê? Porque, como disse o deputado Mario Marcondes, esse é um movimento que não é de partido nenhum. Se analisarmos friamente,veremos que é um movimento contra todos os partidos, sem exceção, porque a sociedade brasileira está descontente com tudo o que tem visto no Executivo ecom algumas ações do Legislativo. Então, esse movimento não pode servir de palanque político para ninguém. Acho que nós, políticos, temos que ver do que temos culpa e do que não temos, temos que ouvir e sentir as vozes das ruas e avaliar o que pode ser feito para mudar essa situação.

Nós temos problemas no país, temos problemas em nosso estado, mas não podemos cair no pessimismo, no negativismo. Hoje pela manhã assisti a alguns noticiários e pude constatar que o empresário está com medo de contratar, de comprar matéria-prima e de fazer estoque. Ora, isso vai virando uma bola de neve e o medo acaba aumentando os problemas econômicos e sociais do país, deixando-os maiores do que realmente são.

Mas a verdade é que a sociedade fica revoltada ao ver, deputado Silvio Dreveck, um Pedro Barusco dizendo que vai devolver US\$ 200 milhões! Que país é este?! Que controle tem uma empresa como a Petrobras, quando um funcionário consegue, em alguns anos, desviar US\$ 200 milhões! Isso é um absurdo! É um descalabro! Qualquer cidadão fica revoltado! Imaginem o que poderia ter sido feito com os recursos que foram desviados, se fossem aplicados na educação, por exemplo? Estamos vendo o Fies com dificuldade de financiamento; os estudantes não estão conseguindo fazer a matrícula porque a faculdade não confia, e com razão, que o governo vá repassar os recursos devidos. Ela quer que o aluno assine uma nota promissória para poder fazer a matrícula.

Santa Catarina tem um secretário da Fazenda que há anos vem procurando fazer o controle das contas do estado, já preocupado com o futuro, com o equilíbrio entre a arrecadação e a despesa, procurando manter o desenvolvimento e cumprir os compromissos. Mas a verdade é que o estado precisa de mais presídios, de mais escolas, de mais professores, sem, contudo, estourar o Orçamento.

Hoje pela manhã recebi uma mensagem de um cidadão que foi aprovado num concurso da Polícia e que pedia que nós, deputados, cobrássemos do governo do estado a contratação dos aprovados que estão na lista de espera.

Então, temos essa preocupação, mas vemos, como disse, que Santa Catarina, em função da administração e controle do governador Raimundo Colombo e do secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, ainda está numa situação confortável em comparação com os estados do Paraná e do Rio

Grande do Sul. Nosso estado, que em outra época era considerado, deputado Natalino Lázare, o zero da BR-101, hoje tem uma situação econômica melhor que a dos seus vizinhos. Vemos que o Rio Grande do Sul está próximo do colapso e que no Paraná, o governador que se reelegeu no primeiro turno não conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa os projetos de mudança e retirou-os de pauta, porque os servidores e os trabalhadores foram para as ruas protestar.

Então, temos que repensar o momento político e econômico em que vivemos. Estamos vendo formar-se um novo movimento, esperamos que não, mas todos os indícios levam a crer que o ex-presidente Lula não está-se portando como um estadista, pelo contrário, foi a um evento do PT dizendo que vai convocar o exército do Stédile. E o exército do Stédile, pelo que sentimos, já foi para as ruas. Já estamos vendo o MST fazendo manifestações. Manifestações são justas, nós vivemos numa democracia e nela há pensamentos de várias correntes, mas temos que pensar, acima de tudo, neste país, que não é nem do Lula, nem da Dilma Rousseff, nem do Fernando Henrique Cardoso, nem do Aécio Neves, nem de ninguém, o Brasil é dos brasileiros, a nação está acima dos seus dirigentes.

Com relação aos caminhoneiros, eles têm, sim, o direito de protestar, de reivindicar, mas não de trancar as estradas, porque o direito de ir e vir é sagrado. Se eu quiser parar, se eu quiser me incorporar a uma manifestação, eu tenho direito. Agora, se não quero, tenho o meu direito de ir e vir que tem que ser respeitado. Mas também os sem-terra estão trancando rodovias! Isso é um absurdo, ninguém pode trancar uma rodovia! O direito de ir e vir tem que ser respeitado, repito!

Então, este é um momento que requer muita cautela. Vamos respeitar quem está na rua com bandeira defendendo a Petrobras. Todos nós, brasileiros, temos que defender a Petrobras. Os protestos de rua têm motivo de ser. Eles refletem o que pensa a população sobre o governo, sobre a situação econômica. Mas este é um momento para

refletir! Um momento que não é para o político ir à passeata fazer discurso, é um momento para o político escutar, ouvir, principalmente os que estão no comando do Executivo, quem têm responsabilidade sobre as questões de segurança, de saúde e de educação neste país.

Acho que temos que ouvir! Nós temos a mania de sempre querer ter razão. Nós não conseguimos ouvir o que as pessoas têm a dizer e parece que, às vezes, não ouvimos o que todas as pessoas, num movimento simultâneo, começam a falar. Há uma revolta muito grande, e não se pode partir para extremismos, temos que escolher os caminhos que vamos seguir, pois não serão somente palavras que mudarão a atual situação. Atos, ações, posições e determinações é que vão mudar, é que vão fazer a população gradativamente voltar a confiar nos seus governantes. Ninguém quer baderna, ninguém quer *impeachment*, vamos respeitar a democracia. Tira-se do comando quem comete falha grave, quem não quer governar, quem quer afrontar a Constituição. Ninguém quer *impeachment*, ninguém quer mudar por mudar, nós queremos que o Brasil mude, e para o Brasil mudar é preciso que as pessoas que estão governando mudem.

Não adianta ir para o rádio, para o palanque, para a televisão, porque acaba ficando pior ainda. Os políticos vão ter que mudar a situação com atitudes, com ações efetivas, comprovando que estão governando dentro daquilo que a população quer, não poupando quem comete irregularidades, que tem que ser afastado, tem que ser punido. Se lá atrás a presidente Dilma chamasse Graça Foster e dissesse que seria necessário separar a amizade, pois havia suspeita de irregularidades, que seria preciso nomear um interventor para apurar os fatos, as coisas teriam sido diferentes e agora ela teria credibilidade. Mas a presidente perdeu a credibilidade e a confiança por omissão, por não ter tomado providências como deveria ter tomado. O que a população espera, o que nós, cidadãos, esperamos é que quando houver irregularidades, que quando houver falcatrua, quando houver qualquer

indício de desvio, que seja, sim, tomada uma posição.

Então, vamos ouvir atentamente os movimentos das ruas deste final de semana, e tomara, torcemos todos, que o Brasil comece a seguir novos rumos, tudo dentro de um clima de paz, de progresso, de confiança e de desenvolvimento. O pessimismo não vai levar a lugar algum, nós precisamos, sim, juntos, construir um país novo, com muita confiança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero aproveitar o horário para fazer menção a uma reunião importante que tivemos ontem na comissão de Aquicultura e Pesca desta Casa, sobre um assunto que, inclusive, deputado Maurício Eskudlark, v.exa.já comentou ontem. Vou apenas reforçar um pouco esse momento importante que tivemos ontem nesta Casa, na nossa reunião da comissão de Pesca e Aquicultura, na qual debatemos as questões ligadas ao setor.

Estamos iniciando uma ação no sentido de planejar os trabalhos ao longo deste ano, juntamente com os demais integrantes da nossa comissão, principalmente no que diz respeito aos temas ligados à pesca e à aquicultura de Santa Catarina.

Nós tivemos na reunião a presença do superintendente estadual do ministério da Pesca e Aquicultura, engenheiro agrônomo Horst Doering. Tivemos também a presença do presidente da Associação Catarinense de Aquicultura, sr. Antônio Mello, assim como do secretário de Agricultura do município de Concórdia, que nos falou sobre o projeto de criação de peixes em tanques-rede, ao lado da hidrelétrica de Itá. Outras lideranças

também estiveram presentes acompanhando a reunião, na qual foram colocadas algumas questões importantes e algumas preocupações em relação ao setor.

Em âmbito nacional, uma discussão importante está colocada neste momento: a Portaria n. 445, do MMA, que reconheceu uma extensa lista espécies de peixes como em extinção, proibindo, assim, sua captura. Essa lista tem gerado grande preocupação em Santa Catarina, além de uma discussão acirrada. Já houve diversas manifestações, e foi anunciada a criação de um grupo de trabalho formado por servidores do ministério da Pesca, do ministério de Meio Ambiente e de outros organismos, para rever a portaria e estabelecer novos critérios, após, é claro, ouvir o setor para realmente resolver a questão. O ministro da Aquicultura e Pesca deverá estar no final do mês em Santa Catarina, quando certamente esse tema estará em debate.

Também aqui, no âmbito de Santa Catarina, nós aguardamos, por parte do governo estadual, uma proposta de alteração da Lei n. 15.736, de janeiro de 2002, que disciplina a piscicultura nas águas continentais do estado. Esse é um projeto que possivelmente deverá aportar nesta Casa, e nós, então, deveremos debatê-lo, especialmente na comissão de Pesca e Aquicultura, que é a comissão de mérito.

Há mais uma questão que desejo abordar e refere-se ainda à reunião da comissão Pesca e Aquicultura, deputado Leonel Pavan. Trata-se da experiência de criação de peixes em tanques-rede, especialmente nos lagos das nossas hidrelétricas. Nós temos um potencial muito grande nesse sentido e ontem tivemos a oportunidade de ouvir o secretário da Agricultura de Concórdia, que relatou o andamento desse projeto que está apresentando resultados excelentes. É claro que ainda está no início, mas é uma experiência que será aprofundada.

Sabemos que é uma atividade que pode ter uma expansão muito grande, pois temos grandes extensões de água decorrentes da instalação de

hidrelétricas em nosso estado. Através da utilização de 1% desses lagos para a criação de peixes, abre-se essa excelente alternativa de renda para os piscicultores e para a economia catarinense.

Espero que nas próximas reuniões possamos aprofundar os temas que foram abordados ontem, e estamos na expectativa da chegada do ministro da Aquicultura e Pesca a Santa Catarina, que poderá apresentar alternativas para avanços significativos nessa área que é muito importante para a população e para a economia da Santa Catarina.

Eram esses os registros que queria fazer, neste breve espaço, a respeito da nossa reunião de ontem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavam) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, eu gostaria de fazer o registro especial da presença do vereador Tita Belloli, presidente do PMDB de Criciúma, que visita esta Casa acompanhado de empresários daquela cidade. Sintam-se em casa e tenham uma boa estada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Esta Presidência também apresenta as suas boas-vindas.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Também quero registrar a presença no plenário do vereador Avelino Andretta, ex-presidente da Câmara de Vereadores de Abelardo Luz, que ontem acompanhou a reunião da nossa comissão de Aquicultura e Pesca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, esta Presidência dá as boas-vindas ao pessoal do oeste de Santa Catarina.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0164/2014 e 0310/2012.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s 0123/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0124/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Moção n. 0018/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, a ser enviada ao diretor do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, apelando pela agilidade no agendamento de retorno de consultas para os pacientes atendidos por aquele hospital.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0050/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Saúde, solicitando esclarecimentos acerca das ações desempenhadas pelo governo visando à prevenção e ao combate às drogas, o valor aplicado em cada ação, o montante previsto no Orçamento de 2014, bem como a quantia efetivamente utilizada nessas ações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0051/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública,

solicitando esclarecimentos acerca das ações desempenhadas pelo governo visando à prevenção e ao combate às drogas, o valor aplicado em cada ação, o montante previsto no Orçamento de 2014, bem como a quantia efetivamente utilizada nessas ações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0052/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado à secretária de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando esclarecimentos acerca das ações desempenhadas pelo governo visando à prevenção e ao combate às drogas, o valor aplicado em cada ação, o montante previsto no Orçamento de 2014, bem como a quantia efetivamente utilizada nessas ações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de autoria de vários líderes, que requerem, com amparo no Regimento Interno, a suspensão da presente sessão por dez minutos, para a manifestação do sr. Acari Amorim, presidente da Associação dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude, que fará uma breve explanação sobre a 2ª Vindima, evento que estará sendo apresentando no *hall* da Casa.

Portanto, está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do prefeito de Treze de Maio e de sua equipe, que vieram prestigiar esta sessão.

Sejam bem-vindos a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, saudamos os representantes do sul de Santa Catarina aqui presentes.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero inicialmente agradecer a presença dos prefeitos e vereadores que nos visitam, em nome do prefeito Tuca, de Papanduva, e da delegação do município.

Quero destacar a questão das obras que são planejadas, iniciadas, nas quais o governo gasta um bom dinheiro e que depois não acontecem. Nos últimos quatro anos do governo federal, praticamente só uma em cada quatro obras prometidas foi entregue. Ou seja, apenas 25% das obras planejadas e iniciadas foram de fato entregues. Isso quer dizer que 75% das obras não foram realizadas. Se uma pessoa diz que vai fazer 100 coisas, mas 75 são mentiras, essa pessoa é uma grande mentirosa, fazendo uma correlação com o nosso dia-a-dia. Então, as pessoas que veem isso acabam tendo esse conceito do governo federal, que concluiu um número muito reduzido das obras que iniciou.

(Passa a ler.)

"Desde 2011, ano de lançamento da edição do PAC 2, somente 25,7% das ações previstas foram concluídas na área da saúde. Segundo dados do governo federal, das 21.537 ações sob a

responsabilidade do ministério da Saúde ou da Fundação Nacional de Saúde - Funasa -, apenas 5.500 foram finalizadas até outubro de 2014. Essas informações constam da nova análise do Conselho Federal de Medicina que, a partir do relatório do 11º balanço do programa, divulgado em janeiro deste ano, constatou o baixo desempenho do PAC, reflexo do subfinanciamento crônico da saúde e da má gestão administrativa no setor.

Este é o terceiro monitoramento sobre as obras do programa, e mais uma vez os números do próprio governo mostram porque a saúde é vista como uma das principais preocupações dos brasileiros. 'Os problemas começam com a definição de prioridades e se estendem para a transposição de metas e para o orçamento e sua execução. Trata-se de um perverso ciclo reforçado pela carência de recursos e pela descontinuidade das ações administrativas nos estados e municípios, além da leniência e da corrupção', criticou o presidente da autarquia, sr. Carlos Vital.

No monitoramento do PAC 2, embora o critério de valores investidos seja indicado pelo governo como o mais adequado, os resultados na área da saúde também são críticos. Ao todo, o governo estimava investir R\$ 7,3 bilhões no PAC Saúde entre 2011 e 2014. Até outubro, no entanto, os empreendimentos concluídos representaram apenas 20% (R\$ 1,5 bilhão) do valor. Sem as ações de saneamento, o cálculo estimado passa a ser de R\$ 4,8 bilhões, com percentual de 11% (R\$ 524 milhões) investidos.

'São valores lamentáveis para um país que é considerado a 7ª maior potência econômica mundial. Se pensarmos ainda que a cada R\$ 1,00 investido em saneamento são economizados R\$ 4,00 na área da saúde, estamos então diante de um problema muito maior, além de destinar pouco para saúde, o Brasil gasta mal', resumiu o presidente do CFM.

As informações englobam investimentos previstos pela União, empresas estatais, iniciativa privada e contrapartida de estados e municípios em projetos de construção e de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidades de

Pronto Atendimento (UPAs) e ações de saneamento. Embora as UBSs e as UPAs sejam as bases das ações previstas pelo PAC 2 para a saúde, estes são os projetos que apresentam pior desempenho de conclusão.

Para a construção de novas UBSs estão previstos no programa cerca de R\$ 3,8 bilhões no período, dos quais 12% (R\$ 445,6 milhões) correspondem às obras já entregues. Em UPAs, por exemplo, os investimentos em unidades concluídas somam R\$ 78,5 milhões, que correspondem àquilo que foi projetado fazer e iniciado, a apenas 8%. Já as ações de saneamento totalizam R\$ 948 milhões, montante que representa 38% dos R\$ 2,5 bilhões estimados. Na área de saneamento, o percentual foi um pouco maior, mas certamente esses baixos investimentos, como eu disse, vêm resultando no conceito ruim que tem o governo em relação à saúde.

São 15% das ações programadas que permanecem nos estágios classificados como de ação preparatória, em contratação ou em iniciação. Enquanto isso, 12.767 ações constam como em obras em execução, quantidade que representa cerca de 60% do total. Na maioria dos estados, as promessas de construções, ampliações e reformas de UPAs ou UBSs são as que mais aparecem no estágio de execução. Ou seja, tudo está na verdade parado, já se consumiu um volume grande de dinheiro, mas sem nenhuma utilidade ainda.

Nesse período foram aprovadas 14.425 obras em UBSs, Unidades Básicas de Saúde, das quais cerca de nove mil estão em andamento. Mais de 2.100, no entanto, ainda permanecem no papel e pouco mais de três mil foram concluídas, mostrando, então, o baixo rendimento. No caso das UPAs, do total de 483 contratadas, os resultados são ainda piores, 161 aparecem em ação preparatória ou em licitação, outras 283, em execução e somente 8%, ou seja, 39 unidades de fato foram entregues."

Era o que tínhamos para o momento.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados em Explicação Pessoal.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência deixa registrado que no próximo dia 15 haverá uma mobilização nacional suprapartidária, convocada por diversos segmentos sociais do Brasil. Sendo assim, esta Casa apela no sentido de que todos os manifestantes usem a liberdade democrática de se pronunciar, mas em paz, sem aceitar provocação e sem violência.

Que esse ato seja um exemplo para a democracia e em exemplo para todos os brasileiros. Certamente estaremos presente, juntamente com outros parlamentares de diversos partidos políticos. Nós também vamos pleitear aquilo que já estamos fazendo diariamente da tribuna desta Casa e em outros lugares. Mas queremos, repito, que esta marcha seja um exemplo para o mundo, pois milhares e milhares de pessoas estarão reunidas em diversos lugares, manifestando-se em praças, ruas e até em lugares fechados em clima de paz e ordem.

Que este movimento popular seja pacífico e ordeiro. Sabemos as dificuldades que o Brasil está passando, sabemos de todas as reivindicações e elas têm o nosso apoio. Mas que nenhum partido político e que ninguém se aproveite dessa manifestação para fazer política partidária, pois nenhuma agremiação é dona deste movimento, este movimento nasceu das ruas, nasceu dos mais diversos segmentos e movimentos sociais.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - V.Exa. aborda um assunto muito importante, justamente porque todos nós esperamos que esse movimento seja ordeiro e que os políticos saibam fazer a leitura correta dessa manifestação popular.

Mas eu gostaria, se v.exa. me permitir, sr. presidente, de colocar aqui um trecho de uma

entrevista que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, certamente um dos maiores líderes que o Brasil já teve em toda a sua história, comparado a dom João VI e a Getúlio Vargas, concedeu à *Folha de S. Paulo*, no dia 10 próximo passado.

Perguntou o jornalista: "Como o senhor vê essa situação, hoje?" A resposta de Fernando Henrique: "Como todo brasileiro, com muita preocupação, sem esperança, não vendo uma saída. É um momento bastante sombrio". E sobre o *impeachment*, perguntou o jornal. Ele respondeu: "O *impeachment* não é uma coisa desejável e ninguém se propõe a liderar isso. O PT usa o *impeachment* para dizer que o PSDB quer, mas não é verdade. *Impeachment* é como bomba atômica, é para dissuadir e não para usar".

Perguntaram-lhe ainda sobre o panelaço que havia ocorrido no dia 8 de março e se a manifestação do próximo dia 15 de março poderia mudar alguma coisa. A resposta dele foi muito clara: "Essa manifestação vai ser realmente grande, mas é fruto das redes sociais, de vários setores da sociedade independentes uns dos outros, por motivos diferentes e totalmente independentes de partidos".

Sr. presidente, eu fiz esse destaque apenas para dizer que o maior líder do nosso partido, o maior líder político vivo, de importância para o Brasil e para o mundo, como Fernando Henrique, está falando que não é objetivo do PSDB buscar derrubar ou desintegrar este governo. A intenção dos outros partidos eu desconheço, mas o que nós queremos é que enxerguem a realidade e façam as mudanças necessárias para colocar o Brasil no rumo certo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - É o que eu afirmei aqui, deputado, não é um movimento partidário, é um movimento que nasceu das ruas, das redes sociais, e os problemas não envolvem um partido, envolvem toda a sociedade brasileira.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-

feira, às 19h, em homenagem ao Colégio Elisa
Andreoli, pela passagem dos seus 50 anos.

Está encerrada a sessão.